



**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH
HOSPITAL METROPOLITANO DE URGENCIA E EMERGENCIA (CNPJ 23.453.830/0029-70)
EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS		
	Notas	2024		Notas	2024		2024	2023
ATIVO CIRCULANTE				Receitas Operacionais			ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Caixa e equival. de caixa	4	16.420.536	22.825.303	Serviços prestados pacientes SUS	158.384.358	151.437.604	Superávit / (Déficit) do Exercício	5.808.142 4.243.895
Contas a receber	5	13.765.747	30.749	(-) Glosas	(67.600)	(2.060.077)	Ajustes para reconciliar o superávit / (déficit) do exercício com o caixa	
Estoques	6	2.935.469	2.511.045	Receita Líquida	158.316.758	149.377.527	Depreciação/Amortização	53.663 12.777
Outros créditos		424.060	210.280	Custos	(80.430.543)	(74.060.143)	Provisão para Contingências	34.191 -
Despesas antecipadas			17.142	Serviços de terceiros	(28.338.857)	(25.251.388)	Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado	5.895.996 4.256.672
Contratos de gestão	3m	68.800.000	61.802.320	Pessoal e encargos	(24.683.139)	(26.057.506)	(Aumento) / Redução do Ativo	
Total do Ativo Circulante		102.362.954	87.379.802	Materiais e medicamentos	24.864.219	24.008.490	Contas a Receber	(13.734.998) 2.029.328
Não Circulante				Superávit / (Déficit) Líquido			Estoques	(424.424) (98.483)
Imobilizado – Próprio	7a	539.897	176.840	Despesas	(7.084.714)	(6.312.847)	Outros Créditos	(213.780) (155.912)
Intangível – Próprio	7b	434	574	Pessoal e encargos			Despesas Antecipadas	(17.037) (105)
Total do Ativo não Circul.		540.331	177.414	Serviços de terceiros			Aumento / (Redução) do Passivo	
Total do Ativo		102.903.285	87.557.216	Impostos, taxas e contribuições	(14.438)	(7.711)	Fornecedores	1.378.831 1.771.371
PASSIVO E PATR. SOCIAL				Depreciação/amortização	(53.663)	(12.777)	Obrigações Trabalhistas	401.140 4.202.229
Circulante				Despesas gerais e administrat.	14	(12.954.571)	Obrigações Sociais	257.535 1.013.035
Fornecedores	8	10.078.808	8.699.977	Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro	4.756.833	3.811.879	Obrigações Fiscais	48.340 249.341
Obrigações trabalhistas	9	6.155.171	5.754.031	Financeira Líquidas			Outras Contas a Pagar	404.612 1.031.996
Obrigações sociais	10	1.541.640	1.284.105	Despesas financeiras	(145.967)	(143.629)	FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO)	
Obrigações fiscais		406.497	358.157	Receitas financeiras	1.153.785	582.378	PELA ATIV. OPERACIONAL	(6.003.785) 14.299.472
Outras contas a pagar	11	1.441.526	1.036.914	Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas	5.764.651	4.250.628	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Partes relacionadas	12	320.000	304.402	Outras Despesas e Receitas			Aquisição de Ativo Imob. e Intangível	(416.580) (186.743)
Contratos de gestão	3m	68.800.000	61.802.320	Outras Despesas e Receitas			FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO	
Total do Passivo Circ.		88.743.642	79.239.906	Doações e subvenções	25.450	33.866	PELA ATIV. DE INVESTIMENTO	(416.580) (186.743)
Não Circulante				Outras receitas e despesas	18.041	(40.599)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Provisões para Conting.	13	34.191	-	Superávit / (Déficit) do Exercício	5.808.142	4.243.895	Partes Relacionadas	15.598 3.494.521
Total do Passivo Não Circ.		34.191	-	DEMONSTRAÇÕES das Mutações do Patrimônio Social			FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO)	
Patrimônio Social				Patrim.	Superávit/	Saldos em 31/12/22	PELA ATIV. DE FINANCIAMENTO	15.598 3.494.521
Patrimônio social		8.317.310	4.073.415	Social (Déficit) Acum.	Total	1.502.666	AUM. (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA	(6.404.767) 17.607.250
Superávit / (Déficit) acum.		5.808.142	4.243.895			E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Total do Patrimônio Social		14.125.452	8.317.310				No início do exercício	22.825.303 5.218.053
Total do Passivo e Patrimônio Social		102.903.285	87.557.216				No fim do exercício	16.420.536 22.825.303
DEMONSTRAÇÕES dos Resultados Abrangente							Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	(6.404.767) 17.607.250
		2024	2023					
Superávit / (Déficit) do Exerc.	5.808.142	4.243.895						
Outros resultados Abrangentes		-	-					
Total Resultado Abrangentes		5.808.142	4.243.895					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2024	2023
Receitas	158.360.249	149.370.794
Serviços prest. pacientes SUS	158.384.358	151.437.604
Outras receitas e despesas	43.491	(6.733)
(-) Glosas	(67.600)	(2.060.077)
Insumos adquir. de terc.	(118.068.253)	(113.980.925)
Serviços de terceiros	(80.430.543)	(74.060.143)
Materiais e medic., Despesas gerais e administrativas	(37.637.710)	(39.920.782)
Valor adic. bruto (1-2)	40.291.996	35.389.868
Retenções	(53.663)	(12.777)
Depreciação/amortização	(53.663)	(12.777)
Valor adicionado líquido prod. pela entidade (3-4)	40.238.333	35.377.092
Valor adicionado recebido em transferência	1.153.785	582.378
Receitas financeiras	1.153.785	582.378
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	41.392.118	35.959.470
Distrib. do valor adicionado	41.392.118	35.959.470
Pessoal e encargos	35.423.571	31.564.239
Impostos, taxas e contribuições	14.438	7.711
Despesas financeiras	145.967	143.629
Superávit / (Déficit) do Exercício	5.808.142	4.243.895

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE) está localizado na BR-316, KM 3, s/n, Bairro - Guanabara, Ananindeua/PA, CEP: 67.010-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. **b. Contrato de Gestão:** Considerando o Contrato de Gestão nº 002/SESPA/2024 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará – SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvida no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), vigente até 26 de maio de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Ambito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 5015/61/DOU de 23/12/1970	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969/DOE de 19/11/1965	
Municipal	Lei Municipal nº 416/DOM de 16/08/1962	
	Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021 do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente as suas orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.	2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a) Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos

imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 17 de março de 2025. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizados**

i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os da gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico da aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos correntes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %
Aparelhos Med. e Cir. 10%
Instrumentos de Cirurgia 10%
Máquina e Equipamentos 10%
Móveis e Utensílios 10%
Móveis e Utensílios Hosp. 10%
Eq. Informática 20%
Aparelhos Telefônicos 20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são:

Taxa Anual de Depreciação - %

	Método Anual de Depreciação %
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Eq. Informática	20%
Aparelhos Telefônicos	20%

revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

Taxa Anual de Amortização - %

Software 20%
e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituida provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A prepa-

ração das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

i. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando anti-

realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit

8

Continuação...

obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. **n. Celebração Novo Contrato:** Em decorrência de processo licitatório, foi celebrado um novo contrato de gestão, cuja vigência teve início na data de sua assinatura, em 27 de maio de 2024. Dessa forma, apresentamos abaixo a Demonstração do Resultado referente ao período de 1º de janeiro a 26 de maio de 2024, correspondente ao Contrato de Gestão nº 010/SESPA/2022 e do período 27 de maio a 31 de dezembro de 2024, correspondente ao Contrato de Gestão - Nº 002/SESPA/2024.

	Jan a Mai /2024	Mai a Dez /2024
Receitas Operacionais		
Serviços prestados pacientes SUS	60.048.162	98.336.196
Serviços prestados convênios e particulares		
(-) Glosas	(52.396)	(15.204)
Receita Líquida	59.995.766	98.320.992
Custos		
Serviços de terceiros	(29.296.942)	(51.133.601)
Pessoal e encargos	(11.396.071)	(16.942.786)
Materiais e medicamentos	(9.928.461)	(14.754.678)
Superávit / (Déficit) Líquido	9.374.292	15.489.927
Despesas		
Pessoal e encargos	(2.849.018)	(4.235.696)
Serviços de terceiros		
Impostos, taxas e contribuições	(7.779)	(6.659)
Depreciação/amortização	(15.463)	(38.200)
Despesas gerais e administrativas	(5.471.689)	(7.482.882)
Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro	1.030.343	3.726.490
Financeira Líquidas		
Despesas financeiras	(65.139)	(80.828)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: a. Imobilizado - Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informática	Instr. Cirur.	Máquina e Equip.	Móv. e Utens.	Móveis e Utensílios Hosp.	Total
Em 31 de dezembro de 2023								
Saldo inicial								
Aquisições	1.785	2.499	93.557	58.685	16.420	10.399	2.700	3.448
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	186.045
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(23)	(371)	(9.794)	(753)	(1.324)	(360)	(28)	(12.653)
Saldo contábil líquido	1.762	2.128	83.763	57.932	18.544	10.039	2.672	176.840
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	1.762	2.128	83.763	57.932	18.544	10.039	2.672	176.840
Aquisições	23.260	638	72.700	208.478	50.787	31.059	29.658	416.580
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(2.029)	(536)	(23.486)	(19.553)	(4.249)	(2.243)	(1.427)	(53.523)
Saldo contábil líquido	22.993	2.230	132.977	246.857	65.082	38.855	30.903	539.897

b. Intangível - Próprio

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	698	698
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(124)	(124)
Saldo contábil líquido	574	574
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	574	574
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(140)	(140)
Saldo contábil líquido	434	434

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e medicamentos	1.380.936	1.540.690
Serviços	2.606.969	1.998.279
Serviços médicos	4.949.975	4.629.281
Diversos	1.140.928	531.727
Total	10.078.808	8.699.977

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Ordenados e salários a pagar	2.866.617	2.870.369
Provisão férias	3.045.379	2.670.418
Provisão FGTS s/férias	243.175	213.244
Total	6.155.171	5.754.031

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
INSS a recolher	499.862	331.398
FGTS a recolher	480.170	362.649
IRRF s/ folha a recolher	541.277	587.378
Cont. sindical	20.331	2.680
Total	1.541.640	1.284.105

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Aluguéis a pagar	9.250	9.250

Receitas financeiras	391.880	761.905
Superávit / (Déficit) Antes de Outras	1.357.084	4.407.567
Despesas e Receitas		
Doações e subvenções	12.559	12.891
Outras receitas e despesas	(16.903)	34.944
Superávit do Exercício	1.352.740	4.455.402
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa em espécie	4.000	651
Banco conta movimento	3.182.062	2.651.231
Aplicações financeiras de liquidez imediata	13.234.474	20.173.421
Total	16.420.536	22.825.303

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 26/05/2025.

	2024	2023
Contrato 002/SESPA/2024	13.765.747	30.749
Total	13.765.747	30.749

	2024	2023
Aging List		
A vencer	-	30.749
Até 30 dias	13.760.000	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	5.747	-
+ de 360 dias	-	-
Total	13.765.747	30.749

	2024	2023
6. ESTOQUES		
Drogas e medicamentos	714.265	664.213
Materiais de manutenção	369.268	272.832
Dietas enterais e parenterais	67.485	25.802
Fios cirúrgicos	35.844	38.350
Materiais de uso do paciente	844.467	601.155
Limpeza e higienização	81.208	119.425
Materiais de laboratório	7.044	10.878
Demais materiais	815.888	778.390
Total	2.935.469	2.511.045

	2024	2023
Total ativos financeiros	27.000.221	20.204.170
Fornecedores	10.078.808	8.699.977
Total passivos financeiros	10.078.808	8.699.977

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Líquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses.

A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inacreditáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contra parte em um instrumento financeiro fale em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Renovação Contrato - SESPA: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 002/SESPA/2024 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 26 de maio de 2025. Renovação CEBAS - INDSH: Conforme mencionado na nota explicativa 1 - contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.

não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível	2024	2023
Cível	102.868	67.531
Trabalhista	467.531	69.747
Total	570.399	69.747
14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
2024	2023	
Serviços de gestão	(3.845.633)	(4.028.119)
Energia elétrica	(4.489.419)	(4.470.509)
Aluguel de máquinas	(3.662.754)	(3.565.108)
Água e esgoto	(446.328)	(1.334.218)
Viagens e hospedagem	(113.016)	(124.946)
Provisões para contingências	(34.191)	-
Outros	(363.230)	(340.376)
Total	(12.954.571)	(13.863.276)

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2024	2023
Aplicações fin. de liquidez imediata	13.234.474	20.173.421
Contas a receber	13.765.747	30.749
Total ativos financeiros	27.000.221	20.204.170
Fornecedores	10.078.808	8.699.977
Total passivos financeiros	10.078.808	8.699.977

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Líquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses.

A

Continuação.. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Renovação de contrato de gestão:** Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência está vigente até 26 de maio de 2025, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPA não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado a totalidade de eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado já existente na unidade e atualmente utilizado nas operações da Entidade, não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras, uma vez que a Administração não recebeu documentos e controles suficientes, por parte da SESPA, para realizar tal incorporação. A Administração ressalta que o imobilizado atual e os ativos que forem adquiridos durante a sua gestão, serão integralmente revertidos ao poder concedente (Estado do Pará), quanto ao término do contrato de gestão, portanto, considera que não há efeitos significativos ao patrimônio social para administração operacional do Hospital. Conforme descrito na nota explicativa 7 - Imobilizado, o Instituto está catalogando os ativos deixados pela administradora anterior, quando de sua entrada para gestão emergencial do Hospital em 06/12/2022. Em virtude deste processo, os ativos atualmente cedidos pela SESPA não foram apresentados nestas Demonstrações Financeiras, sendo atribuído pela atual Administração o prazo de integração em 2025. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitidos relatório de auditoria, em 11 de março de 2024, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/0-2 // Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/0-6

Protocolo: 1178707

COMUNICADO DE OCORRÊNCIA COM LIVRO FISCAL

A empresa **Palmyra do Brasil Indústria e Comércio de Silício Metálico e Recursos Naturais LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.872.297/0001-36, Inscrição Estadual nº 15.108.162-0, e suas filiais inscritas no CNPJ 04.872.297/0003-06, IE nº 15.138.020-1; CNPJ 04.872.297/0023-41, IE nº 15.569.500-2; CNPJ 04.872.297/0024-22, IE nº 15.569.494-4; CNPJ 04.872.297/0025-03, IE nº 15.569.491-0, CNPJ 04.872.297/0027-75, IE nº 15.569.495-2; CNPJ 04.872.297/0028-56, IE nº 15.569.496-0; CNPJ 04.872.297/0029-37, IE nº 15.569.493-6, comunicam a perda dos documentos Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrências, Modelo 6.

Protocolo: 1178711

J A COSTA COMÉRCIO E SERVIÇOS

CNPJ 56.302.329/0001-61, Proprietária da AGRO AMIGO

Localizada no município de Santa Maria do Pará/PA, torna público que requereu a SEMEA de Santa Maria do Pará - PA a Obtenção da Licença Ambiental para o desenvolvimento da atividade COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO.

Protocolo: 1178704

ONLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Localizada na Rua Lauro Sodré, Nº 729, Altos - Bairro Jaqueira, Cidade de Tucuruí, torna público que à Secretaria municipal de meio ambiente de Tucuruí - SEMMA, concedeu-lhe a Licença de Operação nº 012/2025, válida de 18/03/2025 a 18/03/2029, para a atividade de Serviços de Comunicação Multimídia.

Protocolo: 1178705

GBF MADEIRAS COM. EXPORTAÇÃO LTDA

Portadora do CNPJ/MF nº 15.590.908/0004-12, e Insc. Municipal nº 7090, instalada no Município de Santana do Araguaia-Pa

TORNA PÚBLICO, que Solicitou Renovação Licença de Instalação/Operação - LIO nº 003/2022, para Licença de Operação-LO, junto à Semma-Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Município, através do Processo nº 154/2025, em 18/02/2025.

Protocolo: 1178697

CONSERVAS SR LTDA

CNPJ nº. 02.744.634/0004-27

Torna público que requereu da SEMMA/Anajás, a renovação da Licença de Operação - LO nº 003/2024, validade 09/08/2025, para produção de palmito em conserva de sua indústria, localizada na Margem Direita do Rio Anajás, CEP 68.810-000, Município de Anajás, Estado do Pará.

Protocolo: 1178698

CAC ENGENHARIA S/A

CNPJ: 04.295.599/0001-99

Torna público que recebeu da SEMMA/PA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) de Marabá/PA a Licença de Instalação - LI nº 197/2024 e processo nº 050505138.000401/2024-78, para atividade Condomínio Residencial Mirante do Taurí I e II, localizado no Município de Marabá/PA.

Protocolo: 1178688

MUCURIPE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ 84.110.394/0036-50

Rod. BR 010,S/N KM 338,Zona Rural , São Miguel do Guamá/PA, torna público que está requerendo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, a Renovação da LO Nº 026/2023 para desenvolver a atividade de Posto Revendedor ,posto de abastecimento e Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) sob o protocolo 102/2024.

Protocolo: 1178700

A EMPRESA B A F CAMPOS LTDA

INSCRITA NO CNPJ Nº 08.381.640/0002-81

PROCESSO Nº 2025/000002014, TORNA PÚBLICO QUE SOLICITOU DA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SEMAS, A LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA A TIPOLOGIA 2313-1 DE EMPRESA TRANSPORTADORA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, LOCALIZADA FOLHA 17 QUADRA 14 LOTE 24, ZONA URBANA, MARABÁ/PA.

Protocolo: 1178701

V. LOUBACK MADEIRAS LTDA

CNPJ 06.330.116/0001-75

localizada na Vicinal Paraná, KM 01, Alvorada da Amazônia, Novo Progresso - PA, torna público que REQUEREU junto a SEMMA-NP a renovação da LO nº 041/2021, com o protocolo nº 642/2025.

Protocolo: 1178702